

**Nem neoliberalismo,
nem desenvolvimentismo:**

**POR UM BRASIL
DEMOCRÁTICO, SEM
DESIGUALDADES E COM
JUSTIÇA AMBIENTAL**



UM CONVITE



Diante das profundas mudanças por que passou a sociedade brasileira nas últimas décadas, a **FASE** vem atualizar e renovar os seus compromissos com as classes populares e por densas transformações da sociedade. Conforme já afirmávamos em 1982¹, entendemos que a consecução desse objetivo pressupõe um acúmulo prolongado de forças pelos povos, populações, trabalhadoras e trabalhadores das cidades, do campo e das florestas. Ao longo da sua história, a FASE sustenta a posição segundo a qual a construção de um **Brasil Sustentável e Democrático**² só terá lugar com a incorporação ao processo de conscientização e luta por essas transformações sociais de vastos segmentos da população que dele ainda se encontram excluídos. Esse processo de acumulação de forças passa também pela crítica de ideias-força que seguem mobilizando as energias das lutas sociais em nosso país, em especial a ideologia do progresso e a ilusão do desenvolvimento.

A conjuntura em que escrevemos esta carta está marcada por rupturas institucionais no Brasil pós-golpe parlamentar-jurídico-midiático-empresarial. Depois de décadas de ciclos desenvolvimentistas e períodos de predomínio do neoliberalismo, o contexto em que se dá o debate sobre a questão do desenvolvimento encontra-se, hoje, substancialmente modificado. O golpe de 2016 aparentemente deslocou essa questão do centro do debate político nacional. Vivemos um momento de crise de legitimidade dos paradigmas desenvolvimentista e neoliberal, no qual a diferenciação entre o campo desenvolvimentista e as propostas de matriz anticapitalista são incipientes. Neste contexto, a **FASE** quer se somar às iniciativas dos seus parceiros e interlocutores no universo das organizações da sociedade civil e dos movimentos sociais que se proponham a contribuir para a formulação de novos paradigmas e para a construção de um ideário alternativo ao desenvolvimento. Entendemos que este propósito inclui a tarefa incontornável de ampliar esse debate junto às diversas camadas da população e aos sujeitos políticos que ainda compartilham o ideário do desenvolvimento.

Convidamos para esse processo a todas e a todos que se identificam com as causas, os princípios e os conceitos que nos servem de referência: a radicalização da Democracia, o respeito aos Direitos Humanos, à Natureza, a defesa dos bens comuns³, a preservação das condições de vida humana, a solidariedade, o direito à cidade, a soberania e a segurança alimentar e nutricional, a justiça ambiental, o Bem Viver, o feminismo, a valorização da diversidade étnico-racial, geracional, de identidade de gênero e de orientação sexual. **Nossos valores são opostos ao individualismo exacerbado que se encontra no cerne do modo de vida dominante na sociedade capitalista.** A superação da cultura patriarcal e machista dominante na sociedade atual, a erradicação de todas as formas de violência sexistas e do racismo, o fim do Estado de Exceção permanente a que está submetida a população pobre em nosso país, a interrupção do genocídio da população negra e do etnocídio dos povos indígenas constituem referências centrais.

Este convite visa recuperarmos, coletivamente, nossa capacidade de não tolerar injustiças, dispositivos e ações de discriminação e repressão, porque ferem de morte o pacto civilizatório hoje profundamente ameaçado em nossa sociedade.

A centralidade da questão da Democracia - fundamentada, em particular, na justiça socioeconômica, étnico-racial, de gênero e ambiental como base para a realização desses valores - se torna evidente ao atentarmos para a complexidade das transformações para as quais nos propomos a contribuir coletivamente. Temos a compreensão de que se trata de dar passos em um processo de avanço de longo prazo, em que suas dificuldades se evidenciam nas contradições entre distintos segmentos das classes populares.

¹ Cf. "Compromissos Básicos da FASE", de dezembro de 1982, p. 4.

² Parte importante da trajetória da FASE está associada à luta por um "Brasil Sustentável e Democrático". Nesta carta, partimos do reconhecimento de que a noção de sustentabilidade não resolve a contradição do conceito, já que, mesmo na sua versão mais consensual, desenvolvimento sustentável está sempre vinculado ao crescimento econômico.

³ Mais do que patrimônio material e imaterial comum a um grupo social ou sociedade, entende-se por Bens Comuns, ou Comuns, as relações sociais que instituem o caráter comunal de um território, de uma prática, de um conhecimento etc., contrapondo-se às lógicas de mercantilização.

É PRECISO ROMPER COM A ARMADILHA DO DESENVOLVIMENTO



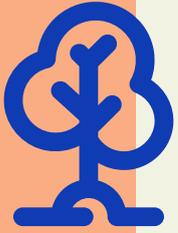
Estamos desafiados a responder à seguinte pergunta: **por que continuamos prisioneiros do próprio conceito de desenvolvimento?** Já faz tempo que temos constatado o aprofundamento da crise da ideologia desenvolvimentista e questionado o próprio conceito de **desenvolvimento** – e, conseqüentemente, o de **subdesenvolvimento**, entendido como ausência ou baixo grau de desenvolvimento. “Desenvolvimento” e “subdesenvolvimento” são categorias estruturantes de um pensamento que coloca os países centrais do capitalismo como modelo para o conjunto da humanidade e como meta a ser alcançada, a qual se afasta, a cada virada da História, daqueles países – ditos “em desenvolvimento” – que a perseguem.

Os diversos adjetivos que se foram atribuindo ao conceito de desenvolvimento ao longo do tempo em resposta às críticas, como “sustentável”, “humano”, “social”, não resolveram a contradição inerente ao conceito, pois este permanece intrinsecamente associado ao de crescimento econômico.

Levamos duas hipóteses para explicar o fato de continuarmos prisioneiros dessa armadilha ideológica. A primeira diz respeito à posição subalterna do Brasil na disputa de poder entre os Estados no sistema capitalista. A segunda decorre do colapso das supostas alternativas reais ao sistema capitalista, após a derrocada do bloco soviético e a derrota da socialdemocracia pela contrarrevolução neoliberal. Este suposto “Fim da História” decretou o triunfo do capitalismo globalizado neoliberal e estreitou os horizontes que guiam a luta social. Ao contrário da narrativa neoliberal que afirma não haver alternativa ao capitalismo, entendemos que, como o desenvolvimento é uma expressão ideológica da dominação da humanidade pela lógica da acumulação de capital, buscar alternativas a ele é buscar alternativas ao próprio capitalismo.

O esforço preconizado em nosso país pelos ideólogos do desenvolvimento – de alcançar o nível e modelo de desenvolvimento dos países centrais – raramente questiona a histórica dívida social, ecológica e econômica destes países com o Sul global, consolidada durante séculos de saque e de transferência de nossas riquezas, desde o período colonial. Ou seja, a ideia de desenvolvimento baseada num padrão, que só foi e é possível através da pilhagem sistemática, às custas da exploração e da espoliação de territórios e povos, não passa de uma ilusão. Romper com esta ilusão implica em denunciar e cobrar a reparação destas dívidas dos países “desenvolvidos”. Requer, ainda, em questionar a legitimidade das dívidas financeiras, impostas pelas elites e governos do Norte global ao Sul global, com a cumplicidade das elites locais, como mecanismos de aprisionamento em relações assimétricas, e em entender como esses processos compuseram a exclusão estrutural necessária à manutenção da própria ordem econômica mundial.

Esse sonhado desenvolvimento torna-se ainda mais impossível com o distanciamento tecnológico crescente entre o Brasil e os países centrais do capitalismo, a ofensiva neoliberal contra a classe trabalhadora, a financeirização e o colapso financeiro no centro do capitalismo globalizado em 2008. Na atual situação de crise profunda em que o país está mergulhado, fica cada vez mais claro que a especificidade do capitalismo periférico brasileiro reside, justamente, no fato de que a desigualdade e a exclusão há muito se transformaram em elementos vitais de sua dinâmica. Isso se evidencia em uma das premissas fundamentais subjacentes aos programas e políticas de desenvolvimento: a de que os modos de produção e de vida nos territórios não são reconhecidos ou não expressam o “interesse nacional”. Este fica, assim, reduzido a atividades econômicas que gerem valor de troca de forma integrada nas cadeias globais, mesmo que suas estruturas sejam concentradoras de renda, ambientalmente devastadoras e promovam o etnocídio de povos indígenas, a destruição de comunidades camponesas e de povos e comunidades tradicionais, como as comunidades quilombolas, além do extermínio da juventude negra nas cidades.



A ideia de “interesse nacional”, acessada para justificar o crescimento econômico como fim em si mesmo, acaba reafirmando a continuidade do capitalismo extrativo e espoliador e a invisibilização das assimetrias de poder, que sentenciam os grupos sociais subalternizados à espoliação ou à inserção subordinada aos empreendimentos que se projetam sobre seus territórios. A estas populações busca-se negar a possibilidade de serem sujeitos políticos com soberania popular sobre os destinos dos territórios que constituem e constroem. Pelo contrário, os sistemas produtivos tradicionais e agroecológicos, que têm dado sustentação à sociobiodiversidade dos territórios, são taxados de improdutivos por não promoverem a acumulação de capital em larga escala e não viabilizarem a extração financeira. Neste contexto, a reivindicação constante dos sujeitos políticos de que se respeitem os tempos e as formas de consentimento livre, prévio e informado a partir dos territórios é, em si, uma reivindicação pela própria radicalização da democracia.

A desigualdade distributiva dos ônus do desenvolvimento e a negligência brutal ao dissenso confirma que, como parte inerente à lógica da ideologia do desenvolvimento, está a erosão da própria democracia⁴. Diversos povos das cidades, do campo e das florestas se insurgem e entram em conflito direto com os projetos de “desenvolvimento” que implicam em sua aniquilação e na transformação de seus territórios em zonas de sacrifício para o processo de acumulação do capital em escala global.

A aposta estratégica da FASE é fortalecer esta insurgência. A luta pela (re) existência nos territórios constitui ao mesmo tempo a luta por horizontes alternativos no campo da soberania dos povos, pela radicalização da democracia, em contraposição a uma soberania que se quer “nacional” e, portanto, é homogeneizadora, totalizante e definida pelos que detém o poder econômico e político.

Esta perspectiva emancipatória qualifica e subsidia a construção de um projeto comum, que respeite e reconheça a diversidade sociocultural e produtiva, a multiterritorialidade contidas no Brasil, que reafirme o direito à autodeterminação dos sujeitos políticos sobre seus territórios de vida e que vise a ampliação da justiça social e ambiental.

Diante deste contexto, sentimos a urgência de levar para outro nível nossas críticas sobre os impactos do modelo de desenvolvimento neoextrativista⁵, que se aprofunda na base da expropriação, contaminação, mercantilização e privatização dos bens comuns. Propomos avançar para uma sinalização de ruptura com a ideologia do desenvolvimento e com o caráter estruturante das desigualdades que a sustentam. Por consequência, propomos um processo coletivo de construção e formulação de novos paradigmas. Nessa busca, destaca-se como referência maior a defesa e a promoção dos Bens Comuns - sejam os Comuns naturais ou de caráter social, cultural ou político - que servem ao bem coletivo.

Ao deixarmos de ser reféns do ideário do desenvolvimento, reconhecendo-o como uma promessa falida e irrealizável, que só existe para alguns poucos países e pessoas, na medida em que promove de forma generalizada a exclusão de muitos ou, no máximo, sua inclusão subordinada, estaremos livres, então, para recompor um imaginário utópico que mobilize e fortaleça as lutas sociais que buscam superar as desigualdades (ambientais, de gênero, raça etc.) que são forças motoras desse paradigma.

Ao contrário de nos propor a repensar ou a retomar um projeto de desenvolvimento para o Brasil, a **FASE**, cujos valores centrais são a luta contra as desigualdades sociais e ambientais e em favor da democracia no seu caráter substantivo, com distribuição de poder e riqueza, defende romper com a armadilha do “desenvolvimento” e facilitar a emergência de práticas, valores e saberes contra-hegemônicos que possam informar o processo coletivo de construção de **alternativas ao desenvolvimento e de formulação de novos paradigmas para um novo pacto societário, que promova as transformações socioeconômicas necessárias à reconstrução de um horizonte de futuro.**

⁴ Em última instância, trata-se da democracia em sua face institucional. De forma menos visível e, portanto, mais perversa, expressa a erosão da democracia enquanto princípio norteador das decisões em torno do interesse comum.

⁵ Por neoextrativismo entendemos um modelo de economia primário-exportador (minerais, petróleo etc.) no qual se mantém a dependência da exploração intensiva de recursos naturais, ainda que o Estado procure captar uma maior proporção do excedente gerado pelos setores extrativos.

O DESENVOLVIMENTO REALMENTE EXISTENTE NO BRASIL



Ao longo do século XX, alternaram-se ciclos de políticas liberais e desenvolvimentistas, sem que fosse afetado o caráter perverso do padrão de “desenvolvimento” dominante no país. A hegemonia desenvolvimentista se estendeu da Era Vargas aos anos 1980, e seu colapso foi marcado pela crise do chamado “modelo de substituição de importações” e pelo aprofundamento da inserção subordinada do Brasil na ordem mundial capitalista. A partir de certo ponto, o salto tecnológico e produtivo daqueles países já não pôde ser acompanhado pelos países ditos “em desenvolvimento”.

Nos governos de Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso, sob hegemonia do neoliberalismo, o caráter perverso do desenvolvimento realmente existente no país foi se acentuando, em decorrência da desindustrialização precoce e da reprimarização da economia.

Durante décadas, parte da esquerda no Brasil e na América Latina alimentou o sonho de Estados-Nação com trajetória própria, soberana e pós-neoliberal. No último período, vivenciou-se uma aposta indistinta na região, seja dos governos progressistas ou não, em um modelo de desenvolvimento baseado na exportação de *commodities* e no conseqüente avanço do extrativismo agropecuário, petrolífero e mineral, de mega-infraestruturas energética e logística e na financeirização⁶.

Os governos de Luiz Inácio Lula da Silva e de Dilma Rousseff, apesar das contradições de suas políticas com determinados aspectos do receituário neoliberal, também não conseguiram reverter a desindustrialização, nem o primado do neoextrativismo. O *boom* da exportação de matérias-primas e a enorme dependência da China marcaram esses anos.

O período desenvolvimentista foi atravessado também por um vertiginoso processo de urbanização que, regido pelas lógicas da acumulação de capital e da maximização da renda da terra, derivou na negação do direito à cidade com justiça ambiental. Nas duas últimas décadas, o abandono da agenda da Reforma Urbana - apesar da ampliação dos investimentos públicos numa política habitacional subordinada aos interesses do capital - assim como a financeirização e conseqüente deterioração dos serviços públicos - orquestrada para favorecer sua privatização e, assim, ampliar a presença das corporações privadas na sua gestão -, contribuíram para que nossas cidades se tornassem totalmente disfuncionais à vida cotidiana da grande maioria da população, que é privada do direito à mobilidade urbana e do acesso a serviços urbanos básicos. Assistimos ainda ao crescimento da insegurança, paralelamente à militarização das cidades.

Por outro lado, o que diferenciou os governos progressistas dos anteriores foram, sobretudo, as políticas sociais que tiveram impactos na situação de vida de milhões de pessoas. Não subestimamos a importância de políticas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), a Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, as cotas universitárias, o Bolsa Família e o aumento do valor real do salário mínimo. O potencial emancipatório de algumas dessas políticas foi sufocado pelos entraves a sua implementação, sobretudo do ponto de vista das prioridades orçamentárias.

Rompendo com a lógica dos governos ortodoxos anteriores, mas de menor visibilidade para o conjunto da sociedade, estava a condução da política externa. Esta foi pautada por uma agenda própria que não se alinhava automaticamente aos interesses dos Estados Unidos, ainda que tenha buscado continuamente tornar complementares a reivindicação da importância



⁶ Processo denominado como “Consenso das Commodities”, por Svampa, Maristela, 2013.

da integração regional e da cooperação Sul-Sul e o forte apoio à transnacionalização das corporações brasileiras na América Latina e na África (exportando o modelo desigual aqui implementado) e a condução da ocupação militar no Haiti.

Sem desmerecer a relevância concreta desses elementos diferenciadores, os limites socioambientais desse projeto já se expressavam na resistência de povos e comunidades tradicionais. Estes arcaram de maneira desproporcional com a erosão da base de seus modos de vida, com o cercamento de seus territórios por grandes projetos de investimento. O fim do *boom* das *commodities* evidenciou a insustentabilidade de um projeto que buscou agradar simultaneamente aos banqueiros e às classes populares, sem a confrontação direta com as oligarquias agrárias e midiáticas. Isto resultou na decadência e degeneração deste projeto político e, no caso do Brasil, das coalizões político-partidárias que o sustentaram, corroborando com as crescentes críticas de campos da esquerda.

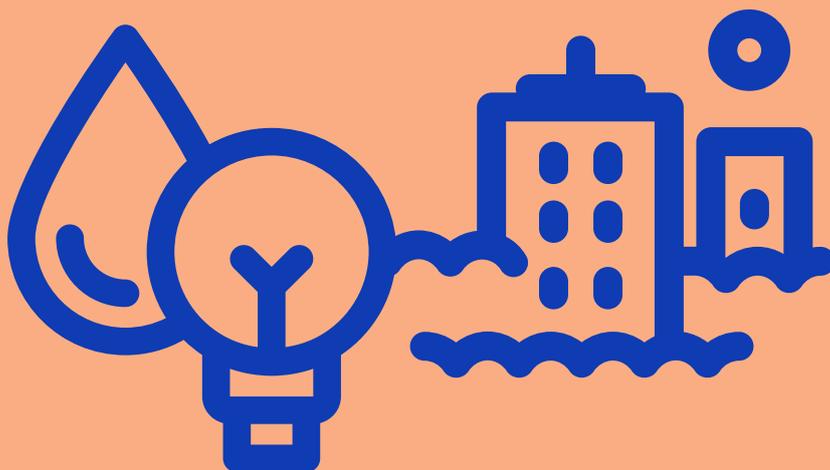
As rupturas institucionais no Brasil pós-golpe provocaram o acirramento avassalador de processos de privatização, que remontam ao estabelecimento da hegemonia da agenda neoliberal na economia política mundial a partir da década de 1980. Esses processos deslocaram, paulatinamente, a atuação do Estado de ações mais contundentes em prol do interesse público para a maximização das agendas do mercado.

Populações de áreas periféricas das cidades, povos e comunidades tradicionais do campo e das florestas, antes reféns do pacto de governabilidade, tornaram-se hoje a primeira camada de absorção dos impactos dos pacotes de austeridade fiscal, impostos pela coalizão conservadora que usurpou o poder no Brasil por via não eleitoral. Vai se consolidando uma nova fase de privatizações, ou de ampliação do mercado, que não abandona a aposta extrativista e a acumulação financeira, mas sim antes a eleva a requintes de desumanidade, desmontando as políticas sociais que serviam de paliativo às espoliações.

A era neoliberal tem sido há décadas atravessada por uma lógica de colonização totalizante da vida política, social e cultural pelo mercado. Como resultado, o Estado, imbuído desta lógica, passa a operar cada vez mais como um Estado empresarial.

Esse é o Estado que temos visto em conluio com as grandes empreiteiras, impondo às populações nos territórios projetos com graves impactos socioambientais como a hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, o Complexo Industrial Portuário de Suape, em Pernambuco, e o Estaleiro Jurong, no Espírito Santo, entre outros. É o Estado que permite a ocorrência de crimes ambientais, como o da Samarco em Mariana (MG) e no Vale do Rio Doce, e depois se mostra cúmplice da impunidade.

Não se trata, portanto, de um processo homogêneo e de avanço progressivo e contínuo. Dentro da mesma era neoliberal, vivemos momentos de franca implementação do receituário neoliberal mais ortodoxo, reféns do Fundo Monetário Internacional (FMI) e de uma elite política organicamente convertida a este ideário. E vivemos também momentos de um suposto desenvolvimentismo, com matizes contraditórios, combinando, simultaneamente, o não enfrentamento do rentismo e o avanço do neoextrativismo como forma de realizar direitos e garantir a soberania nacional.



TRANSIÇÕES

E SEUS DESAFIOS



Tendo clareza de que a questão de fundo que nos desafia aponta para a necessidade da emergência, em longo prazo, de uma sociedade pós-capitalista, em âmbito planetário, a **FASE** se vê provocada a participar da construção de um processo histórico global de transição, que talvez possa ser abordado inicialmente por nós nos seguintes termos:

Como assegurar o atendimento das necessidades da população brasileira na transição para uma economia e uma sociedade pós-capitalista?

No ponto de partida desta reflexão precisam estar claras algumas referências, entre as quais o reconhecimento das limitações da consciência e da força de vontade dos diversos sujeitos políticos que só podem ser contrabalançadas pelo exercício rigoroso da democracia e pelo reconhecimento da importância da ação em rede para a mudança. Entre essas referências destacamos também a sustentabilidade ecológica; a dimensão humana - não apenas econômica - das transformações; o reconhecimento dos inevitáveis conflitos entre os interesses e as prioridades de grupos sociais específicos; e as prioridades mais amplas da preservação do meio ambiente e da defesa dos bens comuns da humanidade.

A luta pelo atendimento das necessidades básicas da população e sua efetivação constitui um fator decisivo de um processo de transição. Por serem básicas, tais necessidades são fundamentais para garantir as condições materiais e subjetivas no seio do povo, sem as quais é inconcebível um processo de transição.

Não se deve perder de vista que a transição é uma transformação humana e que passará, necessariamente, pela constituição de novas subjetividades, como de novos papéis nas relações de gênero, pessoais, afetivas, na esfera pública etc. Somos contrários à uniformização dos desejos e dos modos de viver. Buscamos fortalecer valores que nos libertem da formação pelo mercado das subjetividades individuais e coletivas.

Partindo do reconhecimento da centralidade da questão democrática na transição, devemos nos perguntar como estabelecer uma via democrática de reestruturação produtiva. Não podemos perder de vista que o processo decisório para a construção de uma nova economia passa por complexos processos de negociação entre as classes sociais e setores da população, enfrentando as “contradições no seio do povo”. A transição para um novo padrão de produção e consumo terá de assegurar o atendimento das necessidades da população - de acordo com um consenso democrático difícil de construir - e terá de responder concretamente a questões como a da lenta agonia da indústria no país. Se considerarmos as demandas da população de atendimento de saúde e educação de qualidade, mobilidade urbana em cidades democratizadas, alimentação adequada e saudável, lazer, segurança etc., tais questões não poderão ser respondidas na lógica de visões baseadas, exclusivamente, no decréscimo econômico ou na negação sumária de várias atividades produtivas (não ao petróleo, à mineração, à produção de celulose etc.), sem prejuízo de uma posição clara de princípio contra o neoextrativismo.

Tampouco podemos reduzir a transição à necessária adoção de políticas voltadas para a justiça distributiva. Sabemos que mesmo sem níveis expressivos de crescimento, mas com redistribuição mais equitativa do que já se tem, é possível elevar a qualidade de vida dos despossuídos. No entanto, essa redistribuição encontra limites tanto no caráter desigualmente concentrado da riqueza financeira, quanto na natureza privatista do acesso aos bens de consumo, levada a cabo pelos setores privilegiados da população.

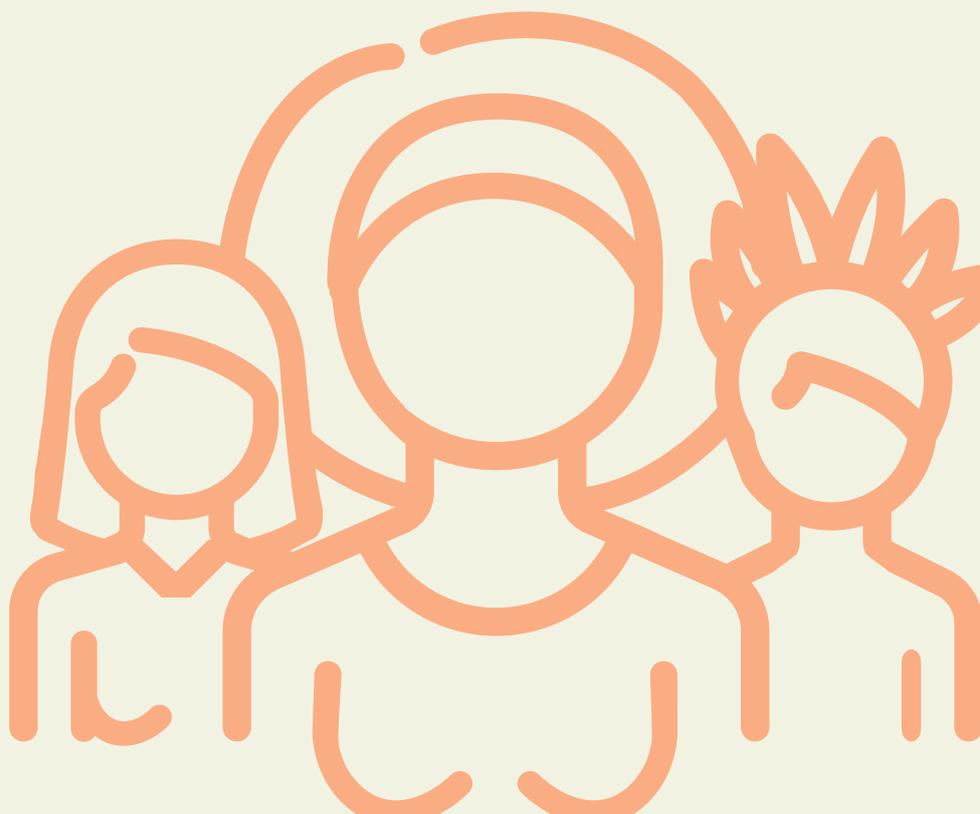
Reconhecemos a extrema complexidade da transição para uma nova matriz produtiva que atenda às necessidades democraticamente priorizadas pela sociedade. Ainda que, na transição, se avance no sentido da superação do individualismo exacerbado, do consumismo e do produtivismo, terão de ser feitas escolhas e definições de prioridades. Por exemplo,

como proceder à substituição do transporte individual por transporte público de qualidade ou produzir equipamentos médicos de alto nível tecnológico sem que o país disponha de uma base industrial? Como equacionar a relação entre a manutenção dessa base industrial – talvez no início até mesmo a sua expansão – e a necessária contenção do neoextrativismo. Quais os critérios para estabelecer áreas livres de mineração (por que escolher umas e não outras?), para implantar uma economia de baixo carbono etc.?

As implicações geopolíticas dessas questões não poderão ser esquecidas num contexto em que o Brasil é um dos países periféricos na mira do poder imperial, cuja dominação tem como um dos seus pilares o controle mundial do petróleo e dos recursos minerais, com enormes interesses - no caso do Brasil - na captura crescente da terra, da água e dos recursos genéticos.

Outro componente extranacional é o entendimento de que nossa oposição ao estabelecimento e continuidade de zonas de sacrifício não significa a injusta realocação das zonas de sacrifício alhures, subjugando outros povos e suas territorialidades. A defesa dos bens comuns e de sua ampliação está baseada do ponto de vista internacionalista na defesa do princípio de cooperação Sul-Sul dos povos como estratégia de emancipação articulada. Inerente a isto está a defesa do princípio de soberania dos povos, expressa na reivindicação da legitimidade primeira na determinação do destino dos territórios pelos sujeitos políticos que os constituem e constroem.

Podemos prever um longo processo de transição, mas tal percepção não pode diminuir o sentido de urgência dos desafios que se colocam para todos nós frente à crise econômica global; os conflitos armados; a volta do Brasil ao Mapa da Fome; a mudança no Brasil e em outros países da curva demográfica (envelhecimento da população), na contramão da redução dos gastos públicos (desmonte da previdência social); as mudanças climáticas e às catástrofes ambientais, que já estão gerando intensos e conflitivos fluxos migratórios; o crescente número de refugiados de guerra, refugiados climáticos, refugiados da miséria.



AS ALTERNATIVAS JÁ ESTÃO SENDO CONSTRUIDAS

Haveria motivo para desânimo se não tivéssemos a percepção de que as alternativas já estão sendo construídas no interior do sistema. Há uma força social que faz frente ao avanço da lógica capitalista, da financeirização e da mercantilização da vida. É uma reação insurgente de sujeitos políticos em defesa de bens e práticas comuns e de outras formas de ser, viver, produzir.

Fazem parte desta gestação das alternativas os coletivos de comunicação popular; a multiplicação de circuitos curtos de comercialização de produtos agroecológicos; de redes de guardiões e guardiãs de sementes crioulas; a gestão dos territórios baseadas em protocolos comunitários, em estabelecimento de áreas livres de agrotóxicos, transgênicos, mineração e petróleo; propostas de convivência com o semiárido e de gestão democrática da água; os fundos comunitários socioambientais e solidários; as iniciativas de produção e usos coletivos dos espaços urbanos, ancoradas na perspectiva da justiça ambiental, dentre outros.

Além de enfrentarmos os já mencionados desafios frente à crise global – e sem perder de vista o papel do Estado na transição para uma nova sociedade –, devemos reafirmar a centralidade da aposta nos sujeitos do campo político comprometido com a transformação social e em suas autonomias como motor do processo de transição.

Não temos a pretensão de apresentar, neste momento, um programa das transformações necessárias para a construção de um **Brasil Sustentável e Democrático**, uma vez que a tentativa de formulação isolada de tal programa seria contraditória com o convite à abertura de um amplo debate, ora formulado. Porém, cabe destacar aqui algumas dimensões centrais de um projeto alternativo que se relacionam com as causas defendidas pela **FASE**:



Democracia substantiva com igualdade e justiça racial e de gênero, e defesa e valorização da diversidade de identidades e modos de vida



Democratização das cidades, tendo em vista o Direito à Cidade com justiça socioambiental



Garantia do direito humano à uma alimentação adequada e saudável, soberania e segurança alimentar e nutricional, e promoção da agroecologia



Instituição e defesa dos bens comuns e da Justiça Ambiental



Defesa da Reforma Agrária e dos direitos territoriais



Soberania e justiça energética e hídrica



Solidariedade e soberania dos povos

fase.org.br

